

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANÁRIO		RECORD	
<i>Il Tarde</i>	<i>-8 NOV 1985</i>	OFF-SIDE	

# Retorno a Abril...

**CARLOS BLANCO DE MORAIS**

O passado prega-nos por vezes a partida do seu regresso, quando inesperada e subitamente se disfarça nas roupagens sugestivas do futuro imediato. Na verdade, o «Vaudeville» que ocorreu na semana anterior no Centro Nacional de Cultura com um tocante encontro entre a Engenheira Lourdes Pintasilgo e um grupo de ex-conselheiros da revolução, expoentes da Associação 25 de Abril, demonstrou cabalmente que os senescais do MFA se preparam para um retorno de «além túmulo». Com efeito, quando a Associação 25 de Abril se formou sob a capitania divertida de Vasco Lourenço, os optimistas interpretaram semelhante acto constitutivo como a prova de que, extinto por via constitucional, o Conselho da Revolução se transformara agora num asilo clubista de ex-revolucionários, que recordariam nostálgicos, por entre o fulgor doirado de um «Scotch», os bons velhos tempos em que o MFA democratizava, descolonizava e desenvolvia.

Infelizmente, contudo, foram os pessimistas os detentores da razão! Rapidamente o «club de memórias» transformou-se num verdadeiro quartel general de uma vaga de fundo subterrâneo, que arregimentou mais de um milhar de oficiais e sargentos dos três ramos das Forças Armadas, complementados por um punhado de civis, pertencentes, por coincidência, à orla do Partido Comunista e de uma duvidosa esquerda independente, comprometida com o PREC.

A ideia de uma espada de Dâmocles em «stand by», esgrimida pelo «brain trust» dos antigos conselheiros, começou pois a tomar forma e as declarações de Vasco Lourenço segundo os quais se necessário fosse, um segundo 25 de Abril voltaria a ser feito, constituíram algo mais do que meras proclamações carnavalescas que a aparência parecia inicialmente supor.

## A Associação por detrás do espelho

Mas os mais notáveis êxitos da Associação não se materializaram em meros pronunciamentos de «ópera de sabão» como os citados, nem em simples processos de acréscimo de filiados tendo em vista um muito louvável aumento das receitas.

Na verdade, o trabalho em profundidade da esquerda militar revelou-se rapidamente no controlo das Comissões técnicas e de especialidade das armas por via das quais se operam as promoções nos diversos ramos das Forças Armadas. Os referidos órgãos, ainda eleitos de forma «basista», registam sintomaticamente uma maioria de oficiais afectos à «Associação».

Por outro lado, sem querer fazer processos de intenção, não é por simples acaso que circulam em diversas unidades militares, folhetos clandestinos (como o caso de «A Verdade» na Força Aérea) cuja missão claramente subversiva tem sido a de ataques sistemáticos ao Alto Comando Militar.

A impunidade de que um grupo cívico-militar de cariz político como a «Associação 25 de Abril» tem gozado, por parte de um poder político invertebrado, parece de bradar aos céus num Estado de Direito, não sendo pois de censurar aos Chefes de Estado-Maior que não actuem com maior firmeza contra a partidização existente no seu seio, dado o facto de não terem recebido do Governo e do Presidente o mínimo apoio ou estímulo para o fazer. Todavia a Associação não deixou de receber algumas estocadas significativas. Por pressão do General Lemos Ferreira junto dos Estados-Maiores, o General Salazar Braga ordenou firmemente que a «Associação» fosse despejada do seu Quartel-General, sediado no Forte do Bom Sucesso; simbolicamente, a expulsão de Costa Gomes de um Gabinete

no Estado-Maior das Forças Armadas, também determinada por Lemos Ferreira, demonstrou bem que o Chefe de Estado-Maior conjunto prefigurou, com segurança mas sem alarde, a mais determinante força de oposição à desestabilização e indisciplina no interior das Forças Militares.

## Lemos Ferreira e a Presidência

Por estas e por outras razões deveria estar grande parte da classe política minimamente grata àquele oficial general pelo facto de ter evitado que uma crise militar latente se somasse à já preocupante crise económica que tem vindo a consumir o País. Não foi todavia isso que se veio a passar! Bastou o simples rumor de que o General se iria candidatar para que um rodopiar de artigos em vária imprensa da área liberal se torcesse em ameaças veladas e insinuações incorrectas contra Lemos Ferreira, desenhando-o como uma espécie de encarnação maligna de uma ameaça militarista latente contra o regime.

A mensagem é aliás oriunda de um certo sector do PSD comprometido com a candidatura do Prof. Freitas do Amaral (embora, certamente, sem mandato deste último), e que, dedicando-se exclusivamente às práticas metapolíticas de um mórbido «espiritismo» interpretativo da vontade governativa de Sá Carneiro para os tempos de hoje, se horroriza mortalmente só de pensar que o General Lemos Ferreira pudesse ter surgido com os apoios de um bloco amplo de convergência nacional, desde o CDS ao próprio PRD (o qual é considerado uma espécie de gafaria partidária, com a qual é impossível negociar sob pena de «traição»).

Saber se teria sido preferível um perfil de presidente «moderador» apoiado numa faixa maioritária dos partidos portugueses, à actual atomização de candida-

tários, constitui um problema já ultrapassado, dado não só o facto das formações políticas que nele poderiam participar terem escolhido os seus próprios candidatos, como pela razão de que a própria pessoa que poderia ter representado esse papel ter constatado inteligentemente que a situação interna nas Forças Armadas exigia a sua presença activa na presente conjuntura.

## Um regresso institucional?

Efectivamente, a aposta «não oficial» da Associação 25 de Abril na Engenheira Pintasilgo, demonstrou que a esquerda militar pretende regressar triunfalmente por «via institucional», caminhando na retaguarda da ex-Primeiro-Ministro, caso a mesma venha a vencer eleições presidenciais. Em troca será emprestada à sua campanha a serôdia imagem de Libertarismo Revolucionário dos velhos tempos, tão cara ainda a uma significativa franja da população. Por outro lado, as divisões militares criadas pela candidatura de Costa Brás no sector eanista (com um ultimato do candidato «disponível» a Eanes para um imediato apoio público, misteriosamente recusado 48 horas depois), constituem razão mais do que justificante para a presença de Lemos Ferreira à frente das Forças Armadas, num momento de turbulência política que se avoluma com a aproximação das eleições presidenciais.

Os que têm «terrores nocturnos» sobre presidências militares, deverão pois adiá-los para mais tarde, sobretudo se não conseguirem fazer vencer a candidatura civil na qual no presente momento se empenham. Em tal caso seriam decerto os principais responsáveis morais pela derrota que sofreria o já de si frágil Governo de Aníbal Cavaco Silva, que ligou parte da sua sobrevivência política a uma campanha para a Presidência da República.